

## **9. ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS – FUNDAÇÃO MARIA BEATRIZ LOPES DA CUNHA:**

Da **FUNDAÇÃO MARIA BEATRIZ LOPES DA CUNHA**, solicitando a isenção do pagamento das taxas e outras receitas municipais relativamente à edificação situado no Lugar de Barros ou Pia, da freguesia de Gualtar, neste concelho.



A ~ de Santos  
17/11-28

DESPACHO

*Propõe o deferimento do presente pedido de isenção, em favor da entidade que se trata, sendo de o requerente e o processo do executivo municipal para a aplicação da isenção.*

O Diretor do Departamento de Gestão Urbana,

(Por subdelegação de competências de 02/01/2017 do Sr. Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento)

(Nuno Monteiro, Arg.º)

Data: 17/11/2017

*Nuno Monteiro*

**Nuno Monteiro**  
Diretor do Departamento de Gestão Urbana  
(Competência subdelegada por despacho do Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento de 29/1/2017)

**PROCESSO N.º 718/2012**

Relacionado com o requerimento n.º 23422/2017, de 02/10/2017

**Requerente:** FUNDAÇÃO MARIA BEATRIZ LOPES CUNHA  
**Local da Obra:** RUA DE BARROS, GUALTAR  
**Assunto:** ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS  
**Técnico Responsável:** Manuel José Silva

Informação: I/4786

27-11-2017

O requerente "FUNDAÇÃO MARIA BEATRIZ LOPES DA CUNHA", pessoa coletiva n.º 510 958 567, com sede na Rua Estevão Lopes Morago, n.º 328, 2.º direito, 3510-085 - Viseu, com endereço postal na Rua São Gonçalo, n.º 47, 4700-310, Braga, vem através do requerimento com registo E/23422/2017, datado de 2.10.2017, solicitar a isenção do pagamento de taxas e outras receitas municipais e da cobrança de taxa pela realização manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas – taxa Municipal de urbanização e taxa especial de urbanização, relativo à demolição da edificação existente e à construção de uma nova edificação destinada a "CENTRO CULTURAL E RESIDÊNCIA", para o terreno sito no lugar de Barros ou Pia, da Freguesia de Gualtar, Braga, inscrito na matriz urbana sob os artigos 671 e 672 e na matriz rústica sob os artigos 135 e 138 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 229.

**A OPERAÇÃO URBANÍSTICA ESTÁ SUJEITA AO PAGAMENTO DE TAXAS, E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, E DA COBRANÇA DE TAXA PELA REALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORÇO DE INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS – TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO.**

**PAGAMENTO DE TAXAS, E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS :**

Conforme o previsto no n.º 1 do Artigo H-1/16.º da SECÇÃO III, do Código Regulamentar do Município de Braga " Podem beneficiar de isenções ou reduções de pagamento de taxas e outras receitas municipais":

- a) As freguesias;
- b) As empresas e fundações municipais ou nas quais o Município detenha influência dominante nos termos legais;
- c) As pessoas colativas de utilidade pública administrativa e as instituições particulares de solidariedade social;



- d) *As pessoas coletivas religiosas;*
- e) *As associações desportivas legalmente constituídas;*
- f) *Os consulados, partidos políticos e associações sindicais;*
- g) *As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas*

Conforme o previsto no n.º 1, do Artigo H-1/20.º da SECÇÃO III, do Código Regulamentar do Município de Braga – “A apreciação e decisão da eventual isenção ou redução de taxas ou outras receitas municipais depende de formalização do respetivo pedido em formulário próprio, que deve ser acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica das entidades, bem como os seus fins ou finalidades estatutárias”

A requerente “Fundação Maria Beatriz Lopes da Cunha” anexou junto ao pedido com o registo n.º 363/URB/PED/16, de 13/01/2016 os estatutos acompanhado dos documentos comprovativos da natureza jurídica da entidade, bem como os seus fins ou finalidades estatutárias, (designada por “Fundação”, foi instituída em 3 de Maio de 2010, com a finalidade de promover, financiar e realizar atividades nas áreas da cultura, da educação, da saúde e da solidariedade social que visem o desenvolvimento e a dignificação da pessoa humana)”, dando assim cumprimento ao previsto no n.º 1, do Artigo H-1/20.º da SECÇÃO III, do Código Regulamentar do Município de Braga.

Assim, a “Fundação Maria Beatriz Lopes Da Cunha”, reúne as condições para poder beneficiar da isenção de taxas e outras receitas municipais, dado cumprir os pressupostos previstos na alínea g) no n.º 1, do Artigo H-1/16.º da SECÇÃO III, do Código Regulamentar do Município de Braga, “podem beneficiar de isenções ou reduções do pagamento de taxas e outras receitas Municipais, “As associações ou fundações culturais, científicas, sociais, religiosas ou recreativas legalmente constituídas”.

NO ENTANTO CONFORME O PREVISTO N.º 1, DO ARTIGO H-1/18 da SECÇÃO III, do Código Regulamentar do Município de Braga “A CONCESSÃO DE ISENÇÕES OU REDUÇÕES DO PAGAMENTO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, COMPETE À CÂMARA MUNICIPAL”.

RELATIVAMENTE À ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS PELA REALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REFORÇO DE INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS – TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, informa-se o seguinte:

Conforme o previsto no n.º 1, do Artigo H-2/5.º do CAPÍTULO I, do Código Regulamentar do Município de Braga “Estão isentos do pagamento de taxa municipal de urbanização”;

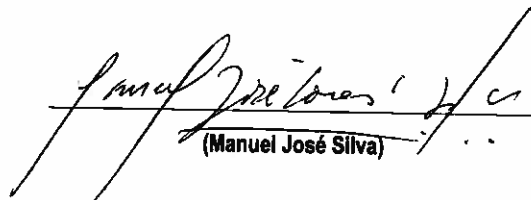
- a) *As operações urbanísticas cuja execução tenha sido de objeto de acordo celebrado entre o Município e os particulares e desde que tal isenção fique estabelecida no respetivo contrato;*
- b) *Por deliberação da Câmara, ou despacho do seu Presidente, as habitações de carácter unifamiliar, com área bruta de construção inferior a 240 m2, pertencentes a famílias de fracos recursos,*



*mediante demonstração da sua insuficiência económica devidamente comprovada através de inquérito socioeconómico;*

- c) *Os empreendimentos a que, por deliberação da Câmara Municipal, venha a ser reconhecido interesse ou relevância económica ou social para o Município, bem como, mediante deliberação do mesmo órgão, os empreendimentos da iniciativa de pessoas ou entidades, devidamente legalizadas, que prossigam, na área deste Município, fins de carácter cultural, social e religioso, desportivo ou recreativo*
- d) *As operações de loteamento e as construções inseridas em prédios vendidos ou doados pelo Município de Braga.*

Assim, a "Fundação Maria Beatriz Lopes da Cunha", reúne as condições para poder beneficiar da isenção do pagamento da taxa municipal de urbanização, dado cumprir os pressupostos previstos na alínea c) no n.º 1, do Artigo H-2/5.º do CAPITULO I, do Código Regulamentar do Município de Braga, "Os empreendimentos a que, por deliberação da Câmara Municipal, venha a ser reconhecido interesse ou relevância económica ou social para o Município, bem como, mediante deliberação do mesmo órgão, os empreendimentos da iniciativa de pessoas ou entidades, devidamente legalizadas, que prossigam, na área deste Município, fins de carácter cultural, social e religioso, desportivo ou recreativo".

  
(Manuel José Silva)

Sfo 60/2012/718  
Manuel Silva



D. Cunha

Ex.mo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Braga

**Fundação Maria Beatriz Lopes da Cunha**, pessoa coletiva número 510 958 567, com sede na Rua Estêvão Lopes Morago, n.º 328, 2º dto, 3510-085 Viseu, (e endereço postal na Rua S. Gonçalo, n.º 47, 4710-310 Braga), reconhecida em 30 de Dezembro de 2013, conforme publicação no DR, II Série, em 14-01-2014, vem

Expor e Requerer a V. Ex.ª o seguinte:

1. A Fundação Maria Beatriz Lopes da Cunha, doravante designada por Fundação, no dia 13 de janeiro de 2016, requereu junto da Câmara municipal de Braga, no Processo de Licenciamento da Operação Urbanística de Edificação de "Colina – Centro Cultural e Residência", sob o n.º718/PROC/12, o benefício de isenção do pagamento das taxas ou outras receitas municipais, nos termos previstos no art. 39º e seguintes do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais do Município de Braga e do art. 6º, al. c) do Regulamento de Cobrança de Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infra-Estruturas Urbanísticas – Taxa Municipal de Urbanização e Taxa Especial de Urbanização,
2. uma vez que se trata da prossecução ou execução de um projeto fundacional, expressamente previsto, e consagrado nas suas finalidades estatutárias.
3. Conforme referido, mostra-se claro, no entender da Fundação, o manifesto e relevante interesse municipal do projeto atenta a finalidade cultural, social e recreativa do mesmo, assim como, os beneficiários do mesmo, os munícipes bracarenses.

Ap. Sr. Manuel Silva para reformar o presente pedido de isenção de taxas, tendo que a estatuto do requerente se encontram apresentados junto com o pedido n.º 363/UNB/PROC/16, de 13/01/2016. Nuno Monteiro

24.11.2012

SEDE:  
ENDEREÇO POSTAL:  
TELEFONE:  
E-MAIL:  
SITE:

Rua Estêvão Lopes Morago, n.º 328, 2º dto, 3510-085 Viseu  
Rua de S. Gonçalo, n.º 47, 4710-310 Braga  
+351 914 908 803  
geral@fmbc.pt  
www.fmbc.pt

**Nuno Monteiro**  
Diretor do Departamento de Gestão Urban  
(Competência subdelegada por despacho do Diretor Municipal de Urban  
Ordenamento e Planeamento de 20/1/2017)

4. Sendo concedida pelo Município de Braga a isenção de taxas, contribuirá, dessa forma, para a promoção desta iniciativa, colaborando no esforço financeiro que o referido projeto acarreta.

5. E, conseqüentemente, o Município de Braga contribui necessariamente para a garantia do interesse público que lhe compete assegurar; facilita a concretização de competências, fins ou finalidades da Fundação; promove a discriminação positiva, garantindo que a falta de recursos económicos não seja um entrave ao acesso à atividade municipal; e promove a descrita iniciativa, de interesse público municipal.

6. Solicitou-se ainda, para o efeito pretendido, que à operação urbanística a realizar, ou seja, a construção de um novo edifício – o empreendimento “*Colina – Centro Cultural e Residência*” – fosse reconhecido o interesse municipal pelos fins de carácter cultural, social, desportivo e recreativo (entre outros) que prossegue a Fundação na área do Município de Braga, nos termos do art. 6º, al. c) do Regulamento de Cobrança de Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infra-Estruturas Urbanísticas – Taxa Municipal de Urbanização e Taxa Especial de Urbanização.

7. Até ao momento, não foi obtida qualquer resposta por parte do Município.

8. Na presente data, foi requerida a emissão do alvará de construção do “*Colina – Centro Cultural e Residência*”.

Assim posto,

Reiteramos junto de Vossa Excelência, o seguinte:

Reconhecido o interesse municipal da operação urbanística referida,  
e atentas as suas finalidades,



FUNDAÇÃO  
MARIA BEATRIZ  
LOPES DA CUNHA

Requer-se o benefício de isenção do pagamento das taxas ou outras  
receitas municipais no âmbito do identificado processo nº  
718/PROC/12.

Espera de Vossa Excelência, respeitosamente, deferimento,

P/I Fundação Maria Beatriz Lopes da Cunha

**Eva Almeida**

ADVOGADA

Rua de Santa Helena, 142 - 4710-306 Braga  
Tel: 351 914 803 - Fax: 351 094 979 - Mm: 969 679 257  
Email: eva.almeida.advogada@gmail.com

**Anexos:**

- Requerimento de 13-01-2016
- Procuração

SEDE:

ENDEREÇO POSTAL:

TELEFONE:

E-MAIL:

SITE:

Rua Estêvão Lopes Morago, n.º 328, 2.º dto, 3510-085 Viseu

Rua de S. Gonçalo, n.º 47, 4710-310 Braga

+351 914 908 803

geral@fmbic.pt

www.fmbic.pt

N.º Processo 718/2012  
 Requerente: COLINA - CENTRO CULTURAL E RESIDÊNCIA Contribuinte 510 958 567  
 Local da Obra: RUA DE BARROS, GUALTAR - BRAGA.

**A OPERAÇÃO URBANÍSTICA VISA A CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE CARIS SOCIAL.**
**ÁREAS DE CONSTRUÇÃO A EDIFICAR**

PISO -"1"	C/	664,55	M2	
PISO "0"	C/	736,15	M2	
PISO "1"	C/	599,60	M2	
TERRAÇOS	C/	12,00	M2	CENTRO CULTURAL E RESIDÊNCIA
ALPENDRES	C/	137,90	M2	
XXXXXX	C/	0,00	M2	
XXXXXX	C/	0,00	ML	

**NOTA DE LIQUIDAÇÃO**
**TAXA GERAL**

EMISSÃO DO ALVARÁ DE LICENÇA

TAXA = 95,56 €

PRAZO DA LICENÇA

MESES		TAXA/MÊS	
18	X	14,31 €	= 257,58 €

SOMA = 353,14 €

**ÁREAS BRUTAS DE CONSTRUÇÃO A LIQUIDAR**

	M2	TAXA	
1) ÁREA TOTAL	1748,30	X 1,10 €	= 1 923,13 €
2) ALPENDRES	137,90	X 1,10 €	= 151,69 €
3) TERRAÇOS	12,00	X 1,10 €	= 13,20 €
4)		X 1,10 €	= 0,00 €
5)		X 1,10 €	= 0,00 €

SOMA = 2 088,02 €

TOTAL SEM AGRAVAMENTO (SOMATÓRIO DA EMISSÃO DA LICENÇA, PRAZO E ÁREAS BRUTAS DE CONSTRUÇÃO)

= 2 441,16 €

DADO QUE SE TRATA DE UMA LEGALIZAÇÃO SOFRE UM ACRÉSCIMO DE 30% (TABELA DE TAXAS 2016)

= 2 441,16 €

TOTAL COM O AGRAVAMENTO DOS 30%

= 2 441,16 €

**TAXA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO A LIQUIDAR (CALCULADA EM FOLHA ANEXA)**

1) INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS (TMU)

16 805,92 €

SOMA = 16 805,92 €

**TOTAL A LIQUIDAR**

TOTAL A LIQUIDAR = 19 247,08 €

 DATA:  
 O, TÉCNICO:

23/11/2017